

Diário do Legislativo de 17/09/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 405ª Reunião Ordinária

1.2 - 98ª Reunião Especial

1.3 - Reunião de Comissão

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Plenário

3 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 405ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 15/9/98

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz e Francisco Ramalho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 292/98 (encaminha Veto Total à Proposição de Lei nº 13.839), do Governador do Estado - Ofícios e telegrama - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.904 a 1.908/98 - Requerimento nº 2.677/98 - Comunicações: Comunicações dos Deputados Mauri Torres e José Braga - Interrupção dos Trabalhos Ordinários - Composição da Mesa - Destinação da Interrupção - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Solenidade de entrega das medalhas - Palavras do Cardeal Arcebispo Dom Serafim Fernandes de Araújo - Reabertura dos Trabalhos Ordinários - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Elmo Braz - Ivo José - Marcelo Gonçalves - Dilzon Melo - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Anivaldo Coelho - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Ermano Batista - Geraldo Nascimento - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Tarcísio Henriques - Wilson Tróia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Francisco Ramalho) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Aílton Vilela, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 292/98*

Belo Horizonte, 11 de setembro de 1998.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto total à Proposição de Lei nº 13.839, que altera dispositivo da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1995, no que se refere à Taxa de Segurança Pública.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões do veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais."

Razões do Veto

A Proposição de Lei nº 13.839, que me foi encaminhada para sanção, altera dispositivo da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, no que se refere à Taxa de Segurança Pública, para reduzir o valor cobrado pela emissão da segunda via da cédula de identidade.

A proposta, como se vê, reduz o valor da Taxa de Segurança Pública devida pela utilização de serviços de vigilância policial ou administrativa, afetando a receita destinada à execução desses serviços pela Polícia Militar de Minas Gerais e pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

A adoção de matéria, como a contida na proposta em exame, que altera o valor de tributo e, conseqüentemente, afeta o equilíbrio do orçamento estadual, deve ser precedida de seguro exame da respectiva repercussão financeira, para que não ocorra prejuízo quanto à eficiência desejada na prestação do serviço correspondente.

Por isso, a Lei nº 12.595, de 30 de julho de 1997, que dispõe sobre diretrizes orçamentárias, estabelece, no artigo 32, V, que a revisão das hipóteses de incidência e dos valores das taxas cobradas pelo Estado só serão adotados mediante estudos que assegurem a compatibilização da arrecadação com os custos dos respectivos serviços, cautela essa que a proposta deixou de atender, tornando-se, por isso mesmo, desaconselhável a sua conversão em lei.

São esses os motivos de interesse público e de conveniência administrativa que me levam a opor veto total à Proposição de Lei nº 13.839, que devolvo à egrégia Assembléia Legislativa, para reexame.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 31 de agosto de 1998.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. José Gregori, Secretário Nacional dos Direitos Humanos, comunicando a assinatura de convênio entre o Ministério da Justiça, por intermédio dessa Secretaria, e a Secretaria do Trabalho. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. João Bosco Murta Lages, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do documento "Radiografia das Finanças e Trajetória da Dívida Pública do Estado de Minas Gerais: 1988-1996", elaborado por equipe de profissionais contratada por esse órgão. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Cel. PM Álvaro Antônio Nicolau, Comandante de Policiamento da Capital, encaminhando, em resposta a requerimentos da Comissão de Direitos Humanos, informações relativas a denúncias envolvendo policiais militares. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Antônio de Pádua Pontes, Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, dando ciência da designação de dois Promotores de Justiça para acompanhar os trabalhos da CPI dos Remédios Falsos. (- À CPI dos Remédios Falsos.)

Do Sr. Getúlio Barbosa de Queiroz, comunicando que deu entrada a ação popular contra a privatização do BEMGE. (- À Comissão de Administração Pública.)

TELEGRAMA

Do Sr. Marcos de Santana Martins, Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lima, agradecendo, em nome deste, o convite para participar de debate sobre a dengue no Estado. (- À Comissão de Saúde.)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei Nº 1.904/98

Declara de utilidade pública a Vila Vicentina Monsenhor Castro de Candeias, com sede no Município de Candeias.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Vila Vicentina Monsenhor Castro de Candeias, com sede no Município de Candeias.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1998.

Ivair Nogueira

Justificação: A Vila Vicentina Monsenhor Castro é sociedade civil sem fins lucrativos, filiada à Sociedade São Vicente de Paulo, que tem como norma o preceito evangélico: "amar ao próximo como a si mesmo".

Assim, os vicentinos ali sediados se propuseram a realizar o contato semanal com os pobres, fazendo das famílias necessitadas uma extensão de suas próprias famílias. Mantém, ademais, estabelecimentos destinados a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, prestando-lhes assistência médica e dentária.

Além das importantes iniciativas que desenvolve em prol do bem-estar social, é importante ressaltar que a entidade é regida por estatuto próprio e, conforme atesta o Delegado de Polícia de Candeias, funciona há mais de dois anos, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas e que não são remuneradas pelo trabalho que executam.

Pelo que foi dito, depreende-se que a entidade está apta, sob todos os aspectos, a receber o título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.905/98

Atualiza a pensão especial de ex-Deputados cassados e concede indenização.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A pensão especial de que trata a Lei nº 11.732, de 30 de dezembro de 1994, concedida aos ex-Deputados Clodsmidt Riani, José Gomes Pimenta e Sinval Bambirra, passa a equivaler ao vencimento mensal dos Deputados Estaduais.

Art. 2º - A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais concederá aos ex-Deputados a que se refere o art. 1º indenização equivalente ao vencimento atual dos Deputados Estaduais, multiplicado pelo número de meses compreendidos entre a data da cassação de seus mandatos e o término daquela legislatura.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 10 de setembro de 1998.

Durval Ângelo

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.906/98

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Bernardo Monteiro, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Bernardo Monteiro, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de setembro de 1998.

Arnaldo Canarinho

Justificação: Criada em 27/11/88, a Associação Comunitária do Bairro Bernardo Monteiro tem por principal finalidade a luta pela captação de melhorias para o bairro, congregando os moradores e estimulando o intercâmbio e o bom convívio entre eles por meio da promoção de eventos comunitários.

Em pleno e regular funcionamento, conforme atestado fornecido pela autoridade competente, a entidade tem personalidade jurídica própria e não objetiva lucro, sendo, portanto, merecedora do nosso apoio e incentivo para prosseguir na prestação de relevantes serviços de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 1.907/98

Declara de utilidade pública a Creche Comunitária Tia Mamália, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Creche Comunitária Tia Mamália, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 11 de setembro de 1998.

Ronaldo Vasconcellos

Justificação: A Creche Comunitária Tia Mamália, com sede no Município de Belo Horizonte, é uma sociedade civil beneficente e sem fins lucrativos.

Seu objetivo primordial é atender às crianças da comunidade da Vila Embaúbas, proporcionando-lhes alimentação, vestuário, lazer e assistência médico-odontológica. Para tanto, promove ações que possam propiciar uma vida mais digna aos menores carentes dessa vila.

Ademais, a entidade apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão por que esperamos a anuência dos nobres pares ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.908/98

Declara de utilidade pública a entidade Serviços de Obras Sociais, com sede no Município de Vieiras.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade Serviços de Obras Sociais, com sede no Município de Vieiras.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de setembro de 1998.

Bené Guedes

Justificação: A entidade Serviços de Obras Sociais é uma sociedade civil sem finalidade lucrativa que tem por objetivo prestar assistência material, médica e odontológica às pessoas carentes do Município de Vieiras.

Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO

Nº 2.677/98, do Deputado Wanderley Ávila, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas ao asfaltamento do trecho de estrada que liga o Distrito de Planalto de Minas ao trevo da BR-367. (- À Comissão de Transporte.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Mauri Torres e José Braga.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para a solenidade de entrega das Medalhas da Ordem do Mérito Legislativo.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Arésio Dâmaso, Procurador-Geral do Estado, representando o Governador do Estado; Dom Serafim Fernandes de Araújo, Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte; Desembargador Lúcio Urbano, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; e os Deputados Cleuber Carneiro, Francisco Ramalho, Geraldo Rezende, Elmo Braz, Ivo José, Dilton Melo, Maria Olívia, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista, Agostinho Patrús, Kemil Kumaira e Ajalmar Silva, membros do Conselho da Ordem do Mérito Legislativo.

Destinação da Interrupção

O Sr. Presidente - A Presidência interrompe os trabalhos ordinários para, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, destinar a 1ª Parte da reunião à solenidade de entrega das Medalhas da Ordem do Mérito Legislativo.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar de Belo Horizonte.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Senhoras e senhores, no próximo dia 5 de outubro, a Constituição da República fará dez anos. Resultado de um dos maiores processos de mobilização popular que esta Nação já viu, o texto representou o início de uma longa caminhada em que nós, brasileiros, tivemos que reinventar a cidadania. No contexto internacional, o último decênio foi marcado por uma série de acontecimentos que mudaram realmente a face política e econômica do planeta. Podemos mesmo dizer que, nele, a humanidade experimentou transformações que, em outros tempos, levariam séculos para se consumir. O ritmo acelerado da história decretou a falência das antigas soluções empurrando o homem, de forma inapelável, para a busca de novos modelos. Por outro lado, é preciso considerar que a proximidade do término do milênio desperta nos espíritos um senso agudo de urgência. Em momentos como este, o sentimento de final de uma era nos inspira a projetar novos tempos e a alimentar novas esperanças. O Legislativo em todas as suas instâncias - Câmaras Municipais, Assembléias e Congresso Nacional - foi chamado a exercer um papel fundamental como trincheira avançada na luta pela reconquista da plenitude democrática. Terminado o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, o parlamento tem estado junto dos brasileiros liderando o esforço de aprimoramento da consciência da cidadania. Em todas essas ocasiões, nunca desapontou o povo. Hoje assume a grave missão de conduzir o processo de reforma institucional, com o objetivo de dar ao Brasil as condições necessárias para superar os desafios do presente. De 1988 até hoje, processou-se uma verdadeira revolução - uma revolução sem armas, que se alastrou pelo mundo inteiro derrubando dogmas, aposentando palavras de ordem, envelhecendo ideologias. O pacto social consolidado naquela época precisa ser revisto à luz das novas realidades, para que a inspiração original do legislador constituinte permaneça viva sob a forma de um texto atualizado, capaz de responder às necessidades deste final de século. Completar o ciclo das reformas e fazê-las operantes, desenhar o novo rosto do Estado, reorganizar as forças sociais num pacto renovado, eis as tarefas que são postas para a sociedade e o parlamento. Do sucesso em realizá-las dependerá o acesso deste País ao clube das nações desenvolvidas. Dele dependerá, ainda, a manutenção de uma economia estável, que é, nos dias atuais, o pressuposto necessário de uma autêntica redistribuição de rendas e da verdadeira justiça social. Seu sucesso, porém, só será possível se contar com a colaboração de genuínas lideranças capazes de apoiar o processo de mudanças profundas que a Nação brasileira já começou a experimentar. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta hoje sua homenagem às pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras, que, por seus serviços ou méritos excepcionais, tornaram-se merecedoras do especial reconhecimento desta Casa. Ao fazê-lo, queremos enfatizar o fato de que elas têm sido, nas respectivas áreas de atuação, colaboradoras deste Poder, comungando de nossos ideais e de nossos esforços para garantir a Minas e ao Brasil a continuidade de uma era de estabilidade e crescimento.

Solenidade de Entrega das Medalhas

O Mestre de Cerimônia (Sr. José Soares Júnior) - Senhoras e senhores, damos início, neste momento, à solenidade de entrega da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, criada em abril de 1982. A Ordem do Mérito Legislativo é conferida aos cidadãos que, por suas realizações e seu mérito, tenham se tornado merecedores do especial reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

As Medalhas da Ordem do Mérito Legislativo são concedidas mediante proposta de seu Conselho, sediado no Palácio da Inconfidência e composto pelos membros da Mesa da Assembléia Legislativa, pelas Lideranças da Maioria e da Minoria e pelos ex-Presidentes desta Assembléia no efetivo exercício do mandato de Deputado Estadual. O ingresso nesta ordem e as promoções homologadas pelo Conselho representam o reconhecimento do Poder Legislativo às pessoas e instituições que contribuem, com suas iniciativas e ações, para o bem-estar da sociedade. Antecedendo a entrega das medalhas, com o objetivo de simbolizar o sentimento de respeito com que são recebidos todos os agraciados da ordem, ouviremos, neste instante, o toque de clarins.

- Os Dragões da Independência tocam os clarins.

O Mestre de Cerimônias - Daremos início, neste instante, ao ato de entrega das condecorações da Ordem do Mérito Legislativo, com a outorga do seu grau de máxima hierarquia, o Grande Mérito. A personalidade agraciada com o grande mérito foi indicada pelo Conselho da ordem considerando o compromisso, a defesa e a consagração aos ideais de justiça social.

- A seguir, é condecorado com a Medalha Grau Grande Mérito, pelo Presidente desta Casa, o Eminentíssimo Senhor Dom Serafim Fernandes de Araújo, Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte (promoção).

O Mestre de Cerimônias - A Ordem do Mérito Legislativo reúne este ano, no Grau Mérito Especial, personalidades que, em vários campos da atividade humana, contribuíram para o desenvolvimento regional e nacional, no âmbito político, no processo educacional e cultural, na vida militar, no Poder Judiciário, na área governamental e no exercício da iniciativa privada.

- A seguir, são condecorados com a Medalha Grau Mérito Especial, pelos Deputados Agostinho Patrús, Cleuber Carneiro, Francisco Ramalho e Kemil Kumaira, os seguintes senhores:

Deputada Federal Joana D'Arc Carvalho Guimarães, Deputados Federais Márcio Reinaldo Dias Moreira, Mário Assad Júnior e Wagner do Nascimento, Deputados Estaduais Geraldo Nascimento de Oliveira, Luiz Fernando Ramos Faria, Marco Régis de Almeida Lima (promoção) e Paulo César de Carvalho Pettersen, Reitor Francisco César de Sá Barreto, Desembargador Rubens Xavier Ferreira (promoção), Juiz José Antonino Baía Borges, Secretários de Estado Nuno Monteiro Casassanta (promoção), James Eustáquio Barbosa Ladeia, Wilmar de Oliveira Filho, Ivan Moura Campos, Carlaile de Jesus Pedrosa e Raul David Machado, Cel.PM Márcio Lopes Porto, Cel.PM Henrique Elói do Nascimento, Francisco Eustáquio Rabelo, publicitário Édson Sabino da Silva, economista Roberto Bezerra de Mello Berardo Carneiro da Cunha, administrador João Antônio Fleury Teixeira, engenheiro Rinaldo Campos Soares, administrador João Martins Sales Filho (promoção), engenheiro Marcos Lúcio Lignani Siqueira, engenheiro Valseni José Pereira Braga, jornalista Lúcio Valadares Portella (promoção), Antônio Domingos Teixeira Bedran, Jornalista Sebastião Ricardo Horta Maciel (promoção), Administrador Camilo Teixeira da Costa Filho (promoção), Prof. Nassim Gabriel Mehedff, engenheiro Arlindo Virgílio Machado Moura, Willer Larry Furtado, Afonso Ligório de Faria, engenheiro Carlos Alberto Pereira, engenheiro Luiz Riscado Pinto Filho, José Gerardo Grossi, economista João Batista Rezende, Jairo Lellis Filho, administrador Marcelo de Araújo Rodrigues, Inspetor Mário Baptista de Oliveira, Coronel Aviador Yoshio Takano, Cel.PM Valdelino Leite da Cunha, Dárcio Guimarães de Andrade (promoção), Juiz José Nepomuceno Silva (promoção), Cel. PM Álvaro Antônio Nicolau, Cel. PM Jêsus Damaceno Vieira, empresário Renato Rossi,engenheiro Anderson de Souza Lima Novais (promoção), Dr. José Antônio de Moraes,Dr. Milton Drummond Fortes da Silva, arquiteto Oscar Niemeyer, sociólogo Marcos Antônio Estelita Lins de Salvo Coimbra (promoção), publicitário Cristiano de Mello Paz, jornalista Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, coreógrafo Rodrigo Pederneiras, artista plástico Petrônio Bax, Sr. Roberto Carvalho de Almeida Filho, representando o Grupo Galpão, Jornalista Afonso Borges, economista Sérgio Bruno Zech Coelho.

O Mestre de Cerimônias - O Conselho da Ordem do Mérito Legislativo distinguiu, com o Grau Mérito, pessoas que, na vida pública ou no setor privado, deram significativa contribuição à coletividade, em seu esforço de transcender os desequilíbrios econômicos e sociais do País; exercendo diferentes atividades na vida social, credenciaram-se ao reconhecimento de seu trabalho por uma sociedade renovada.

- A seguir, os Deputados Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Elmo Braz, Ivo José, Marcelo Gonçalves, Dilzon Melo, Maria Olívia, Ajalmar Silva, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrús e Ermano Batista concederam com o Grau Mérito os seguintes senhores:

Secretários Adjuntos João Antônio Filocre Saraiva, Paulo Teodoro de Carvalho, Edward Álvares de Campos Abreu, Geraldo Diniz Couto, Dr. José Maria da Silva Nogueira, engenheiro Marcelo Marinho Couto, engenheiro Paulo Roberto Menicucci, Dr. Guilherme Gonçalves Riccio, Dr. Célio Murilo de Carvalho Valle, engenheiro Sebastião Virgílio de Almeida Figueiredo, professora Dulce Ely Cangussu Gatti Queiroga, Prefeitos José Dalton Vital da Silva e Antônio Chaves de Oliveira, engenheiro Afrânio Carvalho Aguiar, administrador Saulo Tomaz Froes, jornalista Aluísio Monteiro, Dr. Aloysio Tavares Dias Nardi (promoção), Ten.-Cel.PM Flávio Luiz Lobato, Ten.-Cel.PM Petrônio Dantas Vieira, professora Suzana Maria Rego, engenheiro Sérgio Vieira de Souza, Dra. Elaine Lúcia Nogueira da Cruz Oliveira, Dr. Solon Eustáquio de Castro, administrador Roberto Barcelos Corrêa, engenheiro Manoel Duarte Xavier (promoção), Juiz Manuel Bravo Saramago, Dr. Osmiro Camilo Coelho, escritora Edelvais Campos Silva, professor Amim Abdo Feres, Drs. Maurício Pinto Ferreira e Renata Maria de Vilhena Campos Guimarães, economista Márcio Favilla Lucca de Paula, Drs. Frederico Araújo Milton e Célio Cota Pacheco, empresário Antônio Gilberto da Silva, Sr. José Carlos Grossi, Vice-Prefeito Floriano Lopes, Srs. Carluccio Mendes Leite e José Francisco da Silva, Prefeitos José Leme dos Santos e Pedro Antônio Alberton, empresária Dinair Maria Pereira Isaac, Sra. Valéria Queiroga Viotti, representando a Sra. Francisca Perillo Araújo ("post-mortem"), professora Elzita Gasparino Pimenta, empresário Joaquim Correia Machado Filho, empresário Romeu de Souza, Prefeito Juvêncio da Silva Guimarães, engenheira Heleni de Mello Fonseca, Dr. Walter Nunes Pereira, empresária Cândida Gonçalves Aguiar, empresário José Nogueira Soares Nunes, Prefeitos João Gutemberg de Castro, Saulo Faleiros Cardoso e Edmundo Gonçalves Cordeiro, Padres Marcus Vinícius Maciel e Franciscus Gerardus Harmm, economista Eustáquio da Abadia Amaral, Juiz José Afrânio Vilela, Prefeitos Roberto de Souza Fonseca e Ilson Morais da Silva, Drs. Paulo Antônio de Carvalho e Avay Miranda, Sr. Antônio de Melo Boaventura, representando a empresa Gontijo de Transportes Ltda., Dr. Antônio Márcio Junqueira Lisboa, jornalista Ataliba Guaritá Neto, Sr. Adriano Neri da Silva, representando a Rádio Televisão de Uberlândia Ltda., Prefeito João Batista Soares, Vice-Prefeita Teresinha Delfraro David, Sra. Andressina Lina Sebastião, Sr. Bittencourt Afonso Costa, representando a Divulgação Espirita Cristã, Vice-Prefeito Joélio Coelho Pereira, jornalista Ângela Márcia Barros de Faria, jornalista Dilke Maria da Fonseca, publicitária Alessandra Loureiro Gomes, Drs. José Teodoro de Souza e Waldir Geraldo da Silveira, arquiteta Helma Clark Hattler, Dr. Sabino José Fortes Fleury, empresário Rivadávia Salvador Aguiar, empresário Clemente de Faria, Drs. Rômulo Aguiar Generoso e Geraldo David Camargo, Prefeito Francisco Muniz de Oliveira, engenheiro Hugo Ângelo Laborne Tavares, Dr. Geraldo Assunção Andrade de Oliveira, empresário Pedro Magalhães de Faria (promoção), Prefeito Carlos Alberto Parrillo Calixto, Dr. Márcio Gabriel Diniz, Dra. Edna Cardoso Dias, administrador Durleno Barbosa de Rezende, economista Paulo Vivas Guimarães, jornalista Sérgio Augusto Machado de Carvalho, empresário Sílvio Diniz Ferreira, Cônsul Jean Denis Provini, Dr. Jorge de Vasconcelos Safe Júnior, engenheiro José Raimundo Mira, Dr. Sebastião Gilberto de Andrade, jornalista Jussara Queiroz Mesquita, Sra. Clio Coelho Ferraz, Vereador Robinson Ayres Pimenta, Sra. Maria Lúcia Valadão, artista plástico Heleno Ferreira Nunes, Sra. Maria José Cardoso de Oliveira, Prefeitos Rômulo Ferreira da Silva e Fernando Maria Bontempo, Dr. Geraldo Magela de Carvalho, professora Zélia Cerqueira Barbosa, Vice-Prefeita Lúcia Maria Figueiredo Cota, empresário José de Paula Maciel Filho, empresário João Carlos Costa Ramos, Dr. Walter Barrancos, empresária Carmelita Dias do Nascimento, Dra. Maria do Rosário Caiafa Farias, Prefeito Lauro Pires da Silva, Dr. Antônio Querino da Costa Filho, empresária Henriqueta Queiroz Barreira, Prefeito Dionísio José Machado Brito, engenheiro Alaor Ribeiro de Paiva, Sr. Afonso Melo Mayrink, Prefeito Fernando Antônio Braga Lobato, professor Altamir Fernandes de Sousa, Dr. Luiz Alberto de Almeida Magalhães, Monsenhor Juvenal Arduini, Dr. João Moreira Magalhães, Padre José Nunes Senador, professor Jorge Lasmár, Dr. Luiz Antônio Athaide Vasconcelos, Prefeito Francisco de Assis Simões Thomaz, jornalista Luiz Ribeiro dos Santos, Sr. Elvio Dantas Pinto e Dr. Wellington Vital Petrilho.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Emmo. Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte, D. Serafim Fernandes de Araújo, que falará em nome dos agraciados.

Palavras do Cardeal Arcebispo Dom Serafim Fernandes de Araújo

Exmo. Sr. Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. Dr. Arésio Dâmaso e Silva, representante do Sr. Governador Eduardo Azeredo; Exmo. Sr. Desembargador Lúcio Urbano, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Exmos. Srs. Deputados membros do Conselho da Medalha do Mérito Legislativo; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; Srs. Secretários de Estado; senhores e senhoras; meus companheiros, diria melhor, irmãos agraciados, em primeiro lugar, uma palavra de agradecimento, pela honra que ora me confere a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao agraciá-lo com a Medalha de Grande Mérito da Ordem do Mérito Legislativo, ao seu Presidente, o ilustre Deputado Romeu Queiroz, e, por extensão, a todos os dignos Srs. Deputados membros do Conselho da Ordem.

Devo confessar, porém, que, ao ler as diretrizes que norteiam a concessão da Ordem do Mérito Legislativo, em seu grau máximo, não consegui enquadrar-me entre aqueles que fazem jus a tão grande honraria.

Assim, atribuo essa honra não a mim mas à Igreja, que represento nos meus 50 anos como sacerdote e nos meus 40 anos como Bispo, e que se tem colocado lado a lado com esta Casa na incansável e intransigente defesa dos ideais superiores que as orientam em suas ações, e em nome da qual recebo essa Medalha.

Agradeço, também, a honra de ter sido escolhido para dizer estas palavras de agradecimento, breves, mas que vêm do coração. Em nome das ilustres personalidades, eu agradeço. Eles comigo se irmanam. Neste momento, nesta Casa que é um pedaço simbólico e significativo do povo mineiro.

Decididamente não me considero o mais indicado para isso, e atribuo a escolha exclusivamente à generosidade dos membros do Conselho da Ordem do Mérito Legislativo.

Acredito, senhores e senhoras, não ser necessário, por sobejamente conhecido, enfatizar o valor e a importância do trabalho realizado por esta Casa Legislativa no panorama político e social de nosso Estado.

Fiquei emocionado ao ver a constelação bonita de tantos e tantos méritos e riquíssima demonstração de serviço ao nosso Estado.

Além da realização de seu trabalho básico, que é o da elaboração das leis que nos regem em nosso dia-a-dia, exerce também, ao lado de outros órgãos para tanto competentes, zelosa e ativa vigilância sobre a aplicação da legislação dela emanada, na qualidade de fiscal dos atos dos Poderes do Estado, voltada sempre para a preservação dos valores da cidadania, da defesa intransigente do regime democrático e da preservação dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Para o eficiente exercício do importante papel desta Casa, que ela não pode atribuir a nenhuma outra instituição, e dos Srs. Deputados que a integram, cujo papel também é indelegável, o Legislativo deve ser auxiliado por todos quantos temos amor à liberdade e à justiça e consciência de que todos estamos obrigados a tudo fazer para garantir a preservação do estado de direito em que ora vivemos e do qual nunca mais, em nenhuma circunstância, poderemos abrir mão.

Enganam-se, porém, os que pensam que o trabalho da Assembléia Legislativa resume-se à sua função básica, ou seja, de elaborar as leis do Estado. Além dessa função, exercida em seu grau máximo quando da elaboração da Constituição do Estado e de suas emendas, a Assembléia exerce várias outras atividades, algumas das quais pouco conhecidas, mas de grande importância para o cidadão.

Lembro, por exemplo, que, como verdadeira Casa do povo, e tendo em vista a nova concepção de cidadão e de cidadania decorrente da Constituição Federal e de nossa Constituição Estadual, abre-se ao povo, na prestação de informações sobre os direitos do cidadão por meio de postos de atendimento ligados ao PROCON.

Exercendo atividade eminentemente pedagógica, por meio da Escola do Legislativo, promove cursos visando à capacitação de seus servidores bem como de servidores dos outros Poderes do Estado e dos Poderes Legislativo e Executivo municipais.

Promove, também, em convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais, inclusive com vagas destinadas a outros interessados que não servidores públicos, cursos de especialização dos quais constitui exemplo de primeira grandeza o Curso de Técnica Legislativa Avançada.

Ainda nesse campo, conhecemos os trabalhos realizados através dos projetos Cidadão Mirim, Caminhos para a Democracia e Jornada Universitária, todos destinados a propiciar aos jovens, desde o início de sua vida escolar, as informações básicas sobre o Poder Legislativo Estadual e os trabalhos por ele realizados, mostrando-lhes a importância da democracia, pela qual devem velar no decorrer de suas vidas, para que, no futuro, não tenham que viver os dissabores e terrores que nós, os mais velhos, tão bem conhecemos.

Outro grande e exemplar trabalho realizado pela Assembléia Legislativa, através de seus Deputados, em cooperação com os outros Poderes do Estado e com a indispensável assistência do Tribunal de Contas, são as audiências públicas regionais, que visam não só ao processo legislativo, mas, muito especialmente, à elaboração do orçamento do Estado.

Por essa forma, as diversas regiões do Estado têm condições de, sob a coordenação de seus representantes, colaborar, com conhecimento de causa, para a solução dos grandes problemas regionais que ainda existem em nosso Estado e em nosso País.

Quero lembrar, ainda, o exercício da atividade político-parlamentar dos nossos representantes nesta Casa, atuando na solução dos conflitos sociais, onde quer que se verifiquem no nosso Estado.

É principalmente com esse belo trabalho que a Igreja tem tido o privilégio de colaborar, em especial por intermédio de suas pastorais, que, assim como os membros desta Casa, procuram levar justiça aos injustiçados e a quantos se vêem excluídos da convivência social.

Finalmente, com a permissão dos Srs. Deputados e de todos os presentes, gostaria de repetir as palavras que, em carta aberta sobre as eleições que se avizinham, acabo de dirigir ao povo de Deus desta Igreja, que é a Arquidiocese de Belo Horizonte. Nela, lembro que dos Deputados espera-se que procurem, acima de tudo, o bem do povo, de todo o povo, e não, o favorecimento dos grupos poderosos e privilegiados que têm condições de exercer forte pressão em benefício de seus interesses.

Lembro, ainda, que a doutrina social cristã exige dos legisladores e dos governantes que coloquem, em primeiro lugar, os direitos de quem não pode se defender nem, às vezes, sequer fazer ouvir sua voz; e que, acima de tudo, dêem atenção preferencial aos pobres, aos portadores de deficiência, às crianças e às famílias, aos pequenos produtores, aos assalariados, em particular aos que não têm reconhecidos seus direitos sociais e trabalhistas, aos que não têm nem terra nem moradia.

Estou convencido de que os nossos representantes nesta Casa, como vêm fazendo ao longo de toda sua existência, continuarão a honrar o mandato que lhes é confiado pelo povo desta terra, o nosso querido povo mineiro. E é por intermédio desse povo que, neste momento, somos todos nós, os agraciados, eternamente agradecidos. Muito obrigado.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos ordinários.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 16, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 98ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 14/9/98

Presidência do Deputado José Militão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado José Militão - Palavras da Vereadora Lúcia Pacífico - Entrega de placas - Apresentação do Coral do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Alencar da Silveira Júnior - José Militão - Paulo Schettino.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Militão) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Agostinho Patrús, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. James Ladeia, Secretário do Trabalho, representando o Governador do Estado; a Vereadora Lúcia Pacífico, Presidente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; e os Srs. Antônio Joaquim Fernandes Neto, Secretário Executivo do PROCON-MG, e José Pacífico Homem Sobrinho, esposo da Vereadora Lúcia Pacífico.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais pelo transcurso de seu 15º aniversário de fundação.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional.

- Ouve-se a execução do Hino Nacional, feita por músicos da Orquestra de Minas Gerais.

Palavras do Deputado José Militão

Senhoras e senhores, desde os primórdios vocacionado para a vida em grupo, o ser humano sempre teve, no trabalho conjunto e solidário, o pilar que alavanca a construção dos grandes feitos da civilização.

Com efeito, o esforço de cada um só tem sentido quando é canalizado na direção das águas oceânicas em que as parcelas individuais se somam para a consecução de uma obra maior. Sem dúvida, a pequenez humana sempre se agiganta quando se insere, de modo harmonioso e organizado, num contexto coletivo.

É oportuno reiterar aqui que é nessa perspectiva que deve estar a ação política. Ao desprender-se da vida privada e dos interesses particulares, o homem público busca, de forma abnegada e altaneira, o bem-estar da coletividade que ele representa.

É esse mesmo fundamento que norteia o trabalho do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais - MDC-MG -, há quinze anos militando na defesa dos interesses do povo.

Fundado a 13/9/83, o MDC-MG é uma entidade civil sem fins lucrativos e sem caráter político-partidário, que tem como objetivo precípuo defender as donas de casa e os consumidores do Estado e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Tendo surgido numa época em que o País se abria para a normalização democrática, o Movimento tem procurado fazer um trabalho de conscientização junto à comunidade, enfatizando sobretudo os direitos do cidadão.

Como ressalta sua Presidente, dona Lúcia Pacífico, "o consumidor não pode arrear pé na defesa dos seus direitos. Prejudicado pelo longo período da ditadura militar, ele não tem o hábito do exercício da cidadania, pois foi muito tolhido no seu direito de organização civil. Tem que persistir e conhecer melhor seus direitos, principalmente através do Código de Defesa do Consumidor".

Congregando hoje mais de 5 mil filiados, o Movimento tem como metas específicas informar e orientar corretamente as donas de casa e os consumidores, com vistas à formação de uma consciência crítica; defender seus associados na justiça por meio de ações públicas e coletivas, atuar, de forma incisiva, para que o Código de Defesa do consumidor, consubstanciado na Lei Federal nº 8.078, de 1990, bem como a legislação pertinente, sejam observados e cumpridos; além de incentivar o associativismo e a mobilização como instrumento de ação na busca da justiça e da equidade sociais.

Sem perder de vista seu objetivo maior, a busca permanente da cidadania plena e melhor qualidade de vida para todos, a entidade vem atuando nas várias áreas presentes no cotidiano das donas de casa e do consumidor em geral.

Assim é que presta assistência jurídica no tocante a contratação de empregado doméstico; mantém plantão permanente de orientação e atendimento ao público nas questões atinentes ao Código de Defesa do Consumidor; realiza pesquisa de mercado e as repassa aos consumidores; desenvolve programa de palestras com vistas à educação para o consumo; firma convênios com empresas e profissionais que oferecem produtos e serviços de qualidade a preço baixo.

Passados 15 anos de sua criação, o MDC-MG apresenta hoje uma folha de serviços que poucas entidades podem exibir, não só realizando campanhas contra abusos na área de consumo, como divulgando o Código de Defesa do Consumidor por meio de palestras e pressionando os órgãos e as autoridades competentes.

Recentemente, por exemplo, a organização lançou campanha para salvar o Hospital das Clínicas e mobilizou a população no combate à epidemia de dengue que se alastrou pela cidade.

Muitas vezes, não se limitando a essas iniciativas, a entidade tem atuado na área jurídica. Num trabalho de repercussão nacional, já moveu cerca de 20 ações civis coletivas contestando, entre outras, arbitrariedades como o aumento de 30% do seguro obrigatório, a cobrança abusiva de tarifas bancárias, o reajuste de 84% nos saldos dos mutuários da Caixa Econômica Federal e a imoralidade dos serviços telefônicos de prefixo 900 e 0900.

Igualmente merecem destaque os Juizados de Pequenas Causas, que tão bons serviços prestam à comunidade; sua criação contou com a participação das bravas militantes do Movimento.

Com esse mesmo propósito - dar assistência de qualidade à comunidade -, surgiu o PROCON-Assembléia, criado por iniciativa nossa e por reivindicação do Movimento, que hoje mantém convênio de cooperação com a entidade.

Digna de aplauso tem sido também a campanha contra o desperdício - essa praga que infesta o País, levando pelo ralo bilhões de reais da produção nacional. Nesse sentido, foi publicada a cartilha "É Hora de Acabar com o Desperdício - a Natureza Agradece", que tem o objetivo explícito de atrelar economia doméstica a conservação ambiental. A propósito, não é sem razão que a palavra "economia", que provém de "oikós" (casa, domicílio, em grego), significa, ao pé da letra, "a arte de bem administrar uma casa".

Na busca permanente do binômio preço e qualidade, outra iniciativa louvável é o cadastro de profissionais autônomos - bombeiros, carpinteiros, eletricitistas, pedreiros, pintores e outros - cuja prestação de serviços é controlada pela entidade.

Sempre zelosa dos interesses de seus associados e visando a subsidiar a atuação do grupo com informações específicas, a organização se faz presente junto a órgãos como CEMIG, CEASA, Ministérios e Secretarias de Estado, por meio de conselhos, comissões e câmaras que representam a entidade.

Para divulgar a instituição, pois as boas idéias sempre devem ser levadas a público, foi criado, em maio do ano passado, o jornal "Em Movimento", informativo bimensal que orienta as donas de casa quanto a assuntos diversos.

Extrapolando as fronteiras da Capital, a organização tem expandido para o interior de Minas e outros Estados da Federação. Nesse sentido, já se realizaram vários encontros nacionais de donas de casa e consumidores, que ocorreram em Belo Horizonte e em Salvador, na Bahia.

Como se vê, é mais do que justa esta homenagem que prestamos ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais. Nossos votos são que a entidade tenha vida longa e continue engajada em mobilizar a população na defesa da cidadania e de uma melhor qualidade de vida para todos.

Instituído pela Lei nº 7.283, de 1997, que resultou de projeto da Vereadora Lúcia Pacífico, o Dia Municipal das Donas de Casa, celebrado em 13 de setembro, mais do que uma homenagem, deve ser comemorado como um marco que revigora a consciência da cidadania e dá alento à luta pelos legítimos direitos do consumidor.

Parabéns a todas as militantes do Movimento pelo portentoso trabalho, especialmente à sua Presidente, a aguerrida e dinâmica Sra. Lúcia Maria do Santos Pacífico Homem. (- Palmas.)

Palavras da Vereadora Lúcia Pacífico

Exmos. Srs. Deputado José Militão, Presidente desta reunião e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Dr. James Ladeia, Secretário do Trabalho, representando o Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Dr. Antônio Joaquim Fernandes Neto, Secretário Executivo do PROCON Estadual; José Pacífico Homem Sobrinho, meu esposo; meus amigos, senhoras e senhores, minhas queridas donas de casa e consumidores; o Deputado José Militão já discorreu, com grande riqueza, a respeito da nossa trajetória. Foram muitos anos de luta, tropeços, obstáculos, mas também de conquistas e avanços. Entre eles, o mais importante foi o Código de Defesa do Consumidor, a maior conquista dos consumidores brasileiros. Tivemos a honra e a garra de levantar em Minas Gerais essa bandeira, levando, na época da Constituinte, em 1988, 390 mil assinaturas, recolhidas em todos os cantos de Minas Gerais e em outras capitais. Essas assinaturas foram dadas com a caneta, a consciência, o coração, e muitas vezes, com o dedo, porque as pessoas tinham vontade de assinar,

mas eram analfabetas. Conseguimos esse grande feito. Defendemos, no Plenário, na tribuna, que esses milhões de brasileiros ansiavam por respaldo legal, por uma lei que viesse proteger-nos contra os abusos que normalmente aconteciam. Tivemos um grande êxito. O art. 5º da Constituição brasileira incluiu a defesa dos direitos do consumidor e, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o art. 47 veio dar origem ao Código de Defesa do Consumidor.

Uma lei maravilhosa, uma lei avançada, uma lei moderna. Mas de que valerá essa lei, se não a trocarmos em miúdos, se não democratizarmos o seu conteúdo, para que possamos formar a consciência crítica em cada cidadão, em cada cidadão mirim, em cada dona de casa, em cada brasileiro de que ele tem direitos, assim como tem deveres também, porque a cada direito sobrevém um dever.

Pois bem, temos feito esse trabalho, como o Deputado José Militão citou, no dia-a-dia, nas associações comunitárias, nos sindicatos, nos grupos religiosos de qualquer religião, porque o movimento não tem nenhuma discriminação, nas escolas, nas universidades, nas fábricas, nas empresas, procurando fazer com que essa lei realmente venha assegurar a todos nós, entre tantos direitos, o direito de acesso ao consumo também.

Com essa homenagem, Deputado José Militão, que a Assembléia Legislativa confere ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, sinto-me emocionada e orgulhosa de todas vocês, formiguinhas trabalhadeiras, que tanto ajudaram a fazer crescer o nosso movimento. De 50, 60 donas de casa que éramos no dia 13/9/83, incentivadas pelo nosso amigo, Dr. Raimundo Mendes, aqui presente, Diretor Executivo do PROCON-MG, levamos à frente nossa batalha. Hoje somos mais de 5 mil e amanhã seremos mais e mais, cada vez mais. Quem nos dera, e tenho certeza de que isso vai acontecer, atingirmos todos os municípios de Minas Gerais para que cada cidade tenha um Movimento de Donas de Casa e Consumidores, para que em cada município possamos levantar bem alto nossa bandeira. Já estamos em 16 estados brasileiros, amanhã mesmo estou indo a Salvador para o 3º Encontro Estadual de Donas de Casa e Consumidores da Bahia. E dessa forma, multiplicando, sendo verdadeiras multiplicadoras do conhecimento, do Código de Defesa do Consumidor, do espírito de solidariedade, do espírito comunitário que nos une a todas, tenho certeza de que, num futuro próximo, teremos somente serviços e produtos de boa qualidade sendo oferecidos a todos os brasileiros, com preços justos e de maneira adequada.

Nosso lema de pesquisar, pechinchar, reclamar, "botar a boca no trombone" é uma verdade, é uma coisa que dá muito certo. Foi-se o tempo em que se jogava fora, hoje quem joga fora é país subdesenvolvido. O desperdício caiu de moda, e a mãe natureza, com certeza, há de nos agradecer, porque um dos direitos universais do consumidor é o direito ao meio ambiente saudável. E nós, donas de casa, nós que somos o termômetro da economia, não podemos deixar ir pelo ralo, não podemos deixar ir pela lata do lixo tudo aquilo que custa caro, que custa o suor dos nossos maridos, dos nossos filhos e nosso também. Vamos, então, lutar nessa campanha contra o desperdício de alimentos, de água, de luz, de gás de cozinha, de uso do telefone, vamos usar de modo racional.

Estamos lançando nesse 15º aniversário, debutantes que somos todas, duas campanhas da maior importância pelo retorno das embalagens com dois objetivos.

O primeiro é baratear o produto para o consumidor final. Quando ele retornar com a embalagem, terá um bônus, um desconto. Isso é um incentivo. Aqui a dona de casa não joga a embalagem no lixo da cozinha. Ela terá um bônus, e o produto que irá adquirir da mesma espécie, da mesma marca, da mesma qualidade, será um pouco mais barato.

Muito mais que isso, é a questão da preservação do meio ambiente. Não dá mais para agüentar toneladas e mais toneladas de lixo nos aterros sanitários, toneladas e mais toneladas de lixo, principalmente lixo doméstico, jogadas a céu aberto, como tantas vezes presenciemos quando vamos à periferia. Não dá mais para agüentar esse tipo de coisa, o retorno das pilhas e baterias de celulares que são um lixo altamente nocivo para o meio ambiente e a nossa saúde.

Lançamos a campanha. Em um segundo momento, se Deus quiser, assim que voltarmos de Salvador, estaremos entrando em contato com os donos de supermercados, muitos deles aqui presentes, do EPA e do Mart Plus, para que se sensibilizem com a nossa reivindicação. Em Portugal, na Expo 98, quando adquiri uma caixinha de dentifício que também é vendida no Brasil (com a globalização não é necessário ir ao exterior para comprar nada, a globalização faz essa coisa boa. Tudo que existe lá existe aqui. Lá há coisas ruins também, assim como temos bons produtos e produtos de pior qualidade). Comprando, então, a pasta de dentes, li na caixinha: "Traga essa embalagem e tenha um desconto na sua próxima compra. Por que não fazer isso no Brasil? Não somos mais país de terceiro mundo. Somos país em desenvolvimento e caminhando rápido. Estamos vendo que o Brasil está caminhando para a frente e cada vez mais conceituado.

Já ganhamos uma liminar na justiça. Como disse o Deputado, entramos na justiça com várias campanhas civis e públicas, e quero agradecer a duas pessoas que têm nos dado esse apoio e esse respaldo jurídico, que são os Srs. Délio Malheiros e Ênio, que com tanto carinho entram na justiça com as nossas reivindicações consubstanciadas, que chegam ao Movimento das Donas de Casa e são trazidas ao Dr. Délio e ao Dr. Ênio.

Quanto à questão do serviço 0900, não dá para agüentar o que está acontecendo: o transtorno, o tormento, a ansiedade das donas de casa e dos consumidores, quando vem a conta do telefone, que sempre onera o orçamento doméstico. É o disque tudo, disque amizade, disque sexo, disque namoro, disque artista, que têm um preço altíssimo. Se a pessoa continua ligando, vem uma taxa a mais nessas ligações. Vejam como somos explorados.

A questão dos sorteios e brindes é outra enganação dos anunciantes, que usam a boa-fé das pessoas no afã de serem sorteadas. A possibilidade de ser sorteado é ínfima. Milhares de pessoas ligam. Isso é uma coisa milionária. Não dá para aceitar esse tipo de coisa.

Estamos com duas frentes. A primeira está na Justiça, e, se Deus quiser, a liminar à ação principal estará nos dando ganho de causa. Quanto à segunda, a partir de amanhã, estaremos recolhendo assinaturas; o texto do abaixo-assinado foi aprovado no II Encontro Mineiro de Defesa do Consumidor, realizado pelo PROCON-MG. O texto estará pronto amanhã, e estaremos nas ruas, recolhendo assinaturas, para que possamos levar ao Ministério da Justiça uma reavaliação do que está acontecendo. Acho que, se os usuários de telefones quiserem esse tipo de serviço, terão que dar autorização por escrito para a companhia, e, não, todos os telefones da população ficarem expostos à vontade de crianças, adolescentes e pessoas que pensam em ter algum lucro com isso. Além da autorização, a conta deverá vir separada da conta normal, porque, assim, a pessoa vai dimensionar quanto está sendo lesada.

São essas as duas campanhas que o Movimento lança no seu 15º aniversário. Amanhã, a partir das 14h30min, as donas de casa estarão na porta da nossa sede, na Avenida Afonso Pena, 1500, recolhendo assinaturas. Tenho certeza de que vocês, que são o nosso respaldo, estarão multiplicando essas assinaturas nos bairros, nas filas de ônibus, nas mercearias, em todos os lugares onde houver pessoas, para que, em pouco tempo, juntamente com outros Estados, possamos levar milhares de assinaturas e pressionar o Governo para que faça uma revisão desse serviço. Estaremos lançando essa campanha em Salvador.

Ao Deputado José Militão, quero agradecer e sinto que essa homenagem é um reconhecimento público da Assembléia Legislativa ao nosso trabalho. Vamos em frente. Tancredo Neves já dizia: "A luta continua. Não vamos nos dispersar". Repito que a mão que embala o berço move o mundo. Muito obrigada. (- Palmas.)

Entrega de Placas

O Sr. Presidente - Vereadora Lúcia Pacifico, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Romeu Queiroz, gostaria muito de presidir esta reunião e fazer a homenagem ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; entretanto, devido a um problema em uma de suas bases políticas, ele teve que viajar logo após o almoço. Mas S. Exa. deixou uma placa para ser entregue ao Movimento com os seguintes dizeres: "Ao Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, presidido pela Vereadora Lúcia Maria dos Santos Pacifico Homem, expressão humana de participação política e compromisso social, homenagem da Assembléia Legislativa no transcurso do 15º aniversário da entidade nacionalmente reconhecida pelo trabalho e ação em favor da cidadania plena, com relevante folha de serviços prestados à sociedade. Belo Horizonte, 14 de setembro de 1998. Deputado Romeu Queiroz, Presidente." (- Palmas.)

Este Deputado, Dona Lúcia, também lhe faz a entrega de uma placa comemorativa, em homenagem a este dia, com os seguintes dizeres: "Lúcia Pacifico, líder das donas de casa, idealismo, opinião e sinceridade. Homenagem do Deputado José Militão".

Apresentação do Coral do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o coral do Movimento das Donas de Casa, que, sob a regência da maestrina Alba Valéria, executará as seguintes

canções: "Cantati Domino", de Haendel; "As Pastorinhas", de João de Barro e Noel Rosa, e "Galo Garnizé", do folclore mineiro. Dona Lúcia Pacífico informa aos presentes que o coral fez apenas 13 ensaios.

- Ouve-se a apresentação do Coral do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da reunião, a Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 15, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre o veto parcial à proposição de lei nº 13.834

Às quatorze horas e trinta minutos do dia primeiro de setembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bilac Pinto, José Militão e Alberto Pinto Coelho, membros da Comissão supracitada. Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, Deputado Bilac Pinto, assume a Presidência e, havendo número regimental, declara aberta a reunião. Em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Militão, o Presidente dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. Em seguida, informa que a reunião tem por finalidade apreciar o parecer do relator, Deputado José Militão, sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.834. Após, passa a palavra ao Deputado José Militão, que procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela manutenção do veto. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e suspende a reunião para a elaboração da ata. Reabertos os trabalhos, solicita ao Deputado Alberto Pinto Coelho que proceda à leitura da ata, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 1998.

Bilac Pinto, Presidente - Alberto Pinto Coelho - José Militão.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 407ª reunião ordinária, em 17/9/98

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.761, que estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Mauri Torres emitiu parecer pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.807, que dispõe sobre renúncia do servidor público do Estado à aposentadoria. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.827, que cria a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Minas Gerais, dispõe sobre seu funcionamento e estrutura e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ailton Vilela emitiu parecer pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.834, que autoriza o Estado a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o fim que menciona. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.837, que cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Arnaldo Penna emitiu parecer pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.822, que dispõe sobre o sistema estadual de finanças e a estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ailton Vilela solicitou o prazo regimental para emissão

do parecer.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.822, que dispõe sobre o sistema estadual de finanças e a estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ailton Vilela solicitou o prazo regimental para emissão do parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.822, que dispõe sobre o sistema estadual de finanças e a estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ailton Vilela solicitou o prazo regimental para emissão do parecer.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/98, do Deputado Romeu Queiroz, que altera os artigos 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição mineira, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a destinação de recursos para o cumprimento de propostas prioritizadas em audiências públicas regionais, e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 15/9/98, as seguintes comunicações:

Do Deputado Mauri Torres, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. Elívio Bastieri Filho, ocorrido em 8/9/98, em João Monlevade. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado José Braga, dando ciência à Casa do falecimento do Sr. José Barbosa dos Santos, Zé Coco do Riachão, ocorrido em 13/9/98, em Montes Claros. (- Ciente. Oficie-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

404ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 9/9/98

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, profissionais da imprensa que cobrem as atividades desta Casa, público em geral, mais uma vez nos deparamos com atos do atual Governo que, na melhor das hipóteses, nos colocam em dúvida sobre a lisura e a seriedade na realização dos negócios públicos na atual gestão.

Foi publicada no "Minas Gerais" do último dia 3 ata de Assembléia Geral Extraordinária da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG -, por meio da qual tivemos a comprovação da liberação de R\$1.500.000,00 para a empresa de publicidade SMP & B, tendo em vista o patrocínio do Enduro da Independência, realizado no último fim de semana. Já tomamos conhecimento de que essa empresa pertenceu ao Sr. Clésio Andrade, candidato a Vice-Governador da chapa de Eduardo Azeredo.

Vou continuar a minha denúncia. Em que pese à importância do citado evento esportivo para o desporto e o turismo de nosso Estado, cuja avaliação exata ainda está por ser realizada, chama-nos a atenção a ausência de motivos para se priorizar tal evento esportivo em detrimento de tantos outros de significado social mais amplo, como também não fica bem claro em que os ramos hoteleiro e de turismo estão sendo realmente beneficiados. Perguntamo-nos, então: quem realmente está sendo beneficiado com volume de recursos públicos tão elevado? Quem foi beneficiado com esses R\$1.500.000,00 liberados pela COMIG?

Vamos recordar: a empresa beneficiada com esses recursos é a SMP & B, que realiza o enduro e esteve à frente da campanha de Eduardo Azeredo em 1994.

A COMIG, cujo Presidente é o coordenador da campanha de Azeredo, resolve, mediante Assembléia Geral, repassar dinheiro, muito dinheiro, para uma das empresas que fez a propaganda do candidato Azeredo em 94.

Não há qualquer comprovação desse custo liberado. Pelo contrário, as informações que têm chegado ao nosso gabinete dão conta de que o valor total do evento seria até dez vezes menor que o valor desembolsado pelo Governo. E notem que a COMIG não foi a única a patrocinar o enduro. O Banco do Brasil, o BH Shopping, a Honda, a Lubrax e a COPASA-MG, entre outros, patrocinaram a disputa. Será que esse enduro é tão caro? Será que as outras empresas também arcam com R\$1.500.000,00? Afinal, como a COMIG encontrou tanto gasto para patrocinar?

Por outro lado, ficamos a indagar se a situação da COMIG é tão boa, tão sólida, tão pujante que lhe permita patrocinar, com R\$1.500.000,00, um evento cujo alcance, embora notório, é absolutamente limitado. Aliás, não é de hoje que estamos de olho nessa empresa. Pensamos, também, no discurso daqueles que pregam a preponderância da iniciativa privada e o domínio do mercado em nossa sociedade. Não seria o caso de, pelo menos, questionarmos essa estatização do Enduro da Independência?

Ainda neste caso, é importante salientar que a empresa largamente beneficiada - e não é a primeira vez -, além de prestar serviços de propaganda a Azeredo e ao Governo, pertencia, até recentemente, ao Sr. Clésio Andrade, não por acaso o candidato a Vice-Governador na chapa de Azeredo. É, ainda, uma história mal contada a questão do controle da SMP & B e da DNA, duas empresas que participaram da campanha de Azeredo em 94 e que, posteriormente, com dificuldades financeiras, teriam sido salvas por contratos com o Governo e, especialmente, pelo Sr. Clésio, que comprou a SMP & B em momento delicado da empresa. Essa empresa, espetacularmente, senão improvavelmente, conseguiu, em um curto espaço de tempo, se capitalizar, retomar o controle das mãos do bom Clésio e ainda adquirir a DNA. Devemos mencionar que todas as pessoas do meio publicitário com que pudemos fazer contato ontem e hoje foram unânimes em afirmar, em "off", que essa história é, no mínimo, mal contada, parecendo certa a presença de Clésio Andrade nas empresas.

Queremos, portanto, saber até aonde vai esse caso. É nossa obrigação enquanto parlamentar e é direito do povo mineiro. Estamos falando de um Governador candidato à reeleição que ainda tem sobre si o peso de um processo por abuso de poder econômico nas últimas eleições. Será que Azeredo gostou tanto dos métodos de Hélio Garcia em 1994 que os está repetindo?

Não estamos aqui formalizando uma acusação, estamos apresentando documentos sobre essa transferência de R\$1.500.000,00. Apenas estamos juntando fatos. Por isso, protocolamos hoje, na Comissão de Administração Pública desta Casa, requerimento convocando a diretoria da COMIG, para que, se o Sr. Carlos Cotta estiver licenciado, seu substituto venha aqui, pois não ficou explicado aquele edital de licitação de exploração das termas de Araxá, através do Grande Hotel de Araxá, de cujos prejuízos o Estado será um sócio.

Esperamos que a direção da COMIG e o próprio Governo não se furtem a dar explicações de seus atos. A necessidade da presença de Carlos Cotta e dos demais Diretores nesta Casa, antes das eleições, decorre do imperativo de moralidade que deve nortear os atos da administração pública. O uso da máquina pública para beneficiar interesses privados é parte de nossa pior tradição política, que deve ser extirpada de nosso Estado. Há, nesse caso, indícios de favorecimento a determinados interesses particulares.

O fato de a Casa estar vazia e de os Deputados, às vezes, não estarem vigilantes não significa que aceitaremos essas falcatruas. Vamos, até o último minuto, fiscalizar os atos do Governo ou de quem quer que seja, pois esse é o nosso papel enquanto parlamentar. E eles nos devem essa explicação, pois R\$1.500.000,00 foram transferidos para uma empresa particular, que tem como sócio majoritário o Sr. Clésio Andrade, que hoje é Vice-Governador, a fim de beneficiar o Enduro da Independência. Precisamos parar com esses benefícios. Há pouco tempo, tivemos outro Secretário de Estado liberando quase R\$1.000.000,00, para se trazer aqui a seleção brasileira. Esse não é o papel do Estado, que deve estar a serviço do coletivo, da maioria que necessita de políticas sociais: habitação, saneamento básico, etc., ao invés da corrupção existente.

Aguardamos aqui a presença dos Diretores da COMIG, que tem sido uma empresa laranja para beneficiar políticas de falcatruas e candidatos corruptos.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (Em aparte) - Com esse pronunciamento de V. Exa., Deputado Marcos Helênio, ficamos boquiabertos com a situação e lembramos que não é um enduro, mas é duro vermos essas atitudes. Mas V. Exa. fez também colocações sobre o Sr. Clésio Andrade e já o está considerando como Vice-Governador, sendo que ele é apenas candidato ao cargo de Vice-Governador. Porém, com certeza, teremos o Vice-Governador da chapa de Patrus Ananias.

O Deputado Marcos Helênio - Realmente, cometi um erro, falei Vice-Governador, mas é um candidato ao cargo de Vice-Governador, e esperamos que não se eleja, pois, se já começou dessa forma, imagino o que não será transferido para esses grupos, com esquemas armados, que privatizam um BEMGE por cerca de R\$400.000.000,00 e gastam, da mesma forma, R\$1.500.000.000,00 com o CREDIREAL. É nesse ponto que sobra dinheiro para a campanha, e, por isso mesmo, digo que não tenho mais estômago para tolerar esse tipo de política.

Não agüento mais ficar nesse ambiente, aceitando esse tipo de corrupção. Vou me despedir da vida pública como Deputado, mas estarei, como advogado, acompanhando aquilo que for necessário. É realmente asqueroso depararmos com casos como esses, que dificilmente serão apurados. As campanhas são milionárias, pois hoje o poder econômico está ganhando as eleições. Não existem mais a ideologia e a preocupação com projetos sociais; as eleições são ganhas por aquele que compra votos, que tem poder econômico para comprar cabos eleitorais e fazer gastos enormes, mas o dinheiro sempre vem do pobre contribuinte. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, especialmente o Deputado Alencar da Silveira Júnior, um dos proponentes da criação da TV Assembléia. Ontem esta Casa viveu um momento ímpar. A noite de ontem, dia 8 de setembro, foi, para esta Casa, um momento de reflexão, de meditação, mas também um momento de protesto e de indignação. Foi também um momento de solidariedade, um momento de encontro de muitas gerações, que lutaram e lutam por justiça; foi um momento de resgate da história.

Ontem tivemos, nesta Casa, o lançamento do livro do Prof. Michel Marie Le Ven sobre a vida do ex-Presidente do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima e ex-Deputado Estadual Dazinho, José Gomes Pimenta. O título do livro é uma provocação: "Dazinho, um Cristão nas Minas". Este parlamento orgulha-se de ter na sua história esse cristão da Ação Católica Operária, um sindicalista, um homem que é uma lenda em Minas Gerais, como Deputado Estadual. Infelizmente, em abril de 1964 esta Casa não agiu como Poder, não teve autoridade, pois meia dúzia de coronéis e de capitães aqui vieram e determinaram que Dazinho não poderia mais ser Deputado, pois era inimigo do regime, da ditadura que se implantava no País. Junto com Dazinho foram cassados os Deputados Riani e Bambirra.

Esse livro, "Dazinho, um Cristão nas Minas", resgata essa história, resgata a vida de Dazinho, sua infância pobre na zona rural, sua luta pela sobrevivência, sua ascensão como grande líder e dirigente sindical dos mineiros. O livro mostra a sua passagem por esta Assembléia, época em que nunca se esqueceu de suas origens, pois, pela manhã, Dazinho vestia sua macacão e descia no inferno da Mina de Morro Velho; à tarde, aqui estava, como Deputado Estadual, no prédio da Rua Tamoios.

Dazinho nunca se esqueceu de seu compromisso evangélico, de seu compromisso de cristão, que o impulsionava para a luta, para assumir o compromisso radical com os trabalhadores. O livro registra também todo o período posterior à cassação de Dazinho, a prisão, os horrores da prisão na ditadura militar, tempos que esperamos não voltem a existir. Relata a reconstrução de sua vida, a militância no Partido dos Trabalhadores. Não diria que mostra um momento triste, mas um momento sublime da vida de Dazinho, quando, há cinco anos, sofreu um grave acidente, que o deixou imobilizado em seu leito. Digo um momento sublime porque, mesmo no leito, nesses cinco anos, Dazinho teve a coragem, a ousadia e a grandeza de tirar daí lições de vida. De forma apropriada o livro compara Dazinho com Jó, da Bíblia, com o sofrimento de Jó, alguém que não aceita o sofrimento com resignação, mas luta. Jó lutava até contra os inditosos enviados de Deus, que queriam fazê-lo submisso naquele sofrimento. Nessa luta, Dazinho, de seu leito, vem dando lições a todos que lá o procuram, lições profundas.

Destaco algo especial nesse livro, que perpassa toda a história, sintetizada no capítulo final, que é provocante por mostrar o retorno de Dazinho ao seu lar nesses cinco anos. O título é "Ao encontro do Pai". Como seu filho, Marcos Gomes Pimenta, registra nesse capítulo final, "o caso do pai é o seguinte, é o que o Jorge falou: ele era um homem para ser do mundo". E depois Marcos conclui: "agora ele voltou para ser um homem da gente". Mas Dazinho continua sendo cidadão de Minas, cidadão do mundo, lutador pelas grandes causas de direitos humanos.

Meu gabinete fica feliz por ter participado do projeto do livro de Dazinho, por ter participado na ajuda à própria pesquisa sobre a vida de Dazinho, por ter participado da edição, dos custos da gráfica, da edição do material. Ficamos satisfeitos por isso, porque podemos, de alguma forma, usar os vastos e polpidos recursos que aqui recebemos para causas nobres como essa, que registra a história do Brasil.

Gostaria de registrar aqui o que dissemos numa apresentação que faço na orelha do livro: "não posso deixar de contextualizar as ações de Dazinho neste momento crucial da realidade brasileira. Sua práxis coerente é atualíssima, sua vida e obras são exemplos de como combater o individualismo exacerbado, a exclusão e a exploração do homem pelo homem, onde os mecanismos mercadológicos e financeiros sufocam as práticas de solidariedade e cidadania. Dazinho é o exemplo vivo da coerência cristã, que é libertadora, comprometida e engajada e que luta contra o mundo submerso do neoliberalismo escravizador e escravizante". Dessa forma concluímos nossa apresentação do livro do companheiro Dazinho.

Ao mesmo tempo, quero anunciar à Casa que o livro contém um anexo que é um projeto de lei. Como o livro foi lançado ontem, estou dando entrada com o projeto de lei que foi protocolado hoje, e é o seguinte: (-Lê:)

"Atualiza a pensão especial de ex-Deputados cassados e concede indenização. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º - A pensão especial de que trata a Lei nº 11.732, de 30 de dezembro de 1994, concedida aos ex-Deputados Clodesmidt Riani, José Gomes Pimenta e Sinval Bambirra, passa a equivaler ao vencimento mensal dos Deputados Estaduais."

Trata-se do reconhecimento desta Assembléia, ao abrir os seus arquivos, de que essas cassações foram políticas. Se há o reconhecimento de que a cassação dos três Deputados foi política e de que houve submissão e perseguição, uma das formas de reconsiderar é atualizar essa pensão, que hoje é de pouco mais de R\$1.000,00. Assim, poderia passar a ser de R\$6.000,00. Estou apresentando um requerimento junto a todos os Líderes partidários e espero que até as próximas eleições esse projeto seja votado com urgência urgentíssima. Conto com a presença de um número maior de Deputados, até as eleições, para que esse projeto tenha tramitação rápida.

Em seu art. 2º, o projeto determina o seguinte:

"A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais concederá aos ex-Deputados a que se refere o art. 1º indenização equivalente ao vencimento atual dos Deputados Estaduais, multiplicado pelo número de meses compreendidos entre a data da cassação de seus mandatos e o término daquela legislatura."

Todos sabemos que o Sinval, o Riani e o Dazinho tiveram dois anos de seus mandatos abortados. Assim, nada mais justo que, atualizando a indenização aos valores de hoje, a Assembléia pague o equivalente a esses dois anos. A abertura dos anais da Assembléia e da ata das reuniões de cassação permite hoje concluir que realmente a cassação tem que ser de alguma forma, no mínimo, reparada por esta Casa. Assim, a Casa aprenderá que mandato dado pelo povo não pode ser cassado por qualquer "milico" de plantão, como tínhamos

no período da ditadura. Essa indenização seria um reconhecimento desta Casa ao que representa o Dazinho.

Esperamos contar com o apoio de todos os Deputados para a divulgação do livro "Dazinho, um Cristão nas Minas", do Prof. Michel, como também do apoio de todos para uma aprovação rápida desse projeto, que, espero seja aprovado ainda nesta legislatura, porque foi nela que os Deputados tiveram a coragem de abrir as atas secretas da reunião de cassação. Seria um reconhecimento aos Deputados desta legislatura e a esta Casa, se essa medida fosse tomada.

Outro assunto que nos traz à tribuna é a questão da Ouvidoria de Polícia. Ontem, às 11 horas da manhã, na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado, por meio de um projeto aprovado pela Assembléia Legislativa, transformando-a em Direitos Humanos, tomou posse o primeiro Ouvidor de Polícia de Minas Gerais, Dr. José Roberto Rezende. Antes gostaria de agradecer, porque durante três anos lutamos pela implementação da Ouvidoria. Nesse período, contamos com o apoio da assessoria coletiva do PT, da assessoria do gabinete, da Casa e, finalmente, com a colaboração dos Deputados.

O Governador, em setembro do ano passado, havia sancionado na íntegra a Lei nº 12.622. No entanto, ficamos cerca de um ano sem que houvesse a posse do Ouvidor. Sabemos que o problema foi o "lobby" dos comandos das duas polícias, que não queriam a posse do Ouvidor. Essa questão foi vencida. É de se louvar a ação da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, tendo à frente o Deputado João Leite, para que a lei realmente entrasse em execução.

Ontem o Ouvidor tomou posse. A Ouvidoria já tem sede, e na próxima semana haverá um telefone para receber as denúncias. Desejamos sucesso à Ouvidoria e que realmente cumpra o seu papel de ajudar a criar uma polícia cidadã e comprometida com os direitos humanos em Minas Gerais. Concedo um aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (Em aparte) - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. Queria aproveitar a oportunidade para parabenizar V. Exa. por esse projeto tão importante que se torna lei. Tive a oportunidade de acompanhar a posse do Ouvidor, figura que considero importantíssima. Todo o povo de Minas Gerais, hoje, tem um endereço para reclamar de qualquer abuso, de qualquer violência por parte da polícia. Temos mais um local para exercer a defesa da liberdade e da democracia.

Queria também parabenizar, além de V. Exa., a Assembléia Legislativa, os Consultores, os funcionários da Assembléia. Ontem, na posse do Ouvidor, pudemos constatar várias iniciativas partidas da Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia, com a constante ajuda de seus Consultores, dos Assessores, que procederam a uma verdadeira transformação na questão da segurança do sistema penitenciário em Minas Gerais. Ontem pudemos ouvir da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos sobre a transferência de presos, em dois anos, para o sistema penitenciário, deixando a Polícia Civil livre para seu trabalho nas ruas. Constatamos várias vitórias da Assembléia Legislativa, que, junto com a sociedade, ouvindo a sociedade, pôde apresentar essas leis, todas agora sancionadas, mudando aquele quadro que tínhamos. Sabemos que precisamos de muito mais, mas, sem dúvida, a Assembléia tem dado uma grande contribuição para a democracia, para os direitos humanos, para a liberdade no Estado de Minas Gerais. Obrigado e parabéns, Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Agradeço o aparte do nobre colega. Sabemos que, se o Poder Legislativo quiser atuar na sua função constitucional, que é a de fiscalizar e legislar, não tentando outros atalhos, terá o reconhecimento da sociedade, como V. Exa. bem registrou. Obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras, o que me traz mais uma vez a esta tribuna é a necessidade de fazer um apelo, em nome do povo belorizontino, ao Sr. Presidente da BHTrans, Sr. Antônio Carlos Pereira, ao qual eu dizia, no último debate sobre o trânsito realizado nesta Casa, que Belo Horizonte iria parar. O Sr. Carlão disse que Belo Horizonte era muito grande, muito maior que qualquer pretensão e que não teria problemas de trânsito, porque já estavam sendo resolvidos. Isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi há seis meses, e o que vemos hoje, em Belo Horizonte, é um verdadeiro caos. Belo Horizonte não vai parar, porque já parou. Hoje, a partir das 18 horas, ninguém transita no centro e nas principais avenidas da cidade. Agora, neste exato momento, às 14h54min., existe um grande congestionamento em plena Av. Afonso Pena. O Sr. Carlão tem que tomar alguma providência. O Dr. Célio de Castro precisa fazer alguma coisa. O problema agravou-se ainda mais depois da licitação do transporte público, do transporte coletivo.

O Deputado Irani Barbosa (Em aparte)* - Permita-me um aparte. É só não se esquecer de pedir ao Péricles Ferreira para trazer a Providência da terra dele, onde existe uma cachaça com esse nome. Vocês vão tomar bastante dela e ficarão satisfeitos.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Tenho a certeza absoluta de que quem cuida do trânsito de Belo Horizonte, como o Sr. Carlão, só pode estar tomando Providência, há muito tempo. É essa Providência que ele está tomando, porque para se assentar ali, para fazer alguma coisa e dirigir um órgão como aquele, da maneira como está sendo dirigido, só pode ser assim.

Mas, voltando, então, ao que eu dizia, desde que a licitação do transporte público foi proposta em Belo Horizonte: vou deixar bem claro que não sou contra a licitação para o transporte público, mas acho que Belo Horizonte não precisava de licitação da maneira como foi feita. Penso que poderia ter sido implantado um novo sistema, fazendo-se primeiro na região do Barreiro, depois na região de Venda Nova... Conheço bem Belo Horizonte, sou Deputado de Belo Horizonte. Belo Horizonte tem um Deputado, que é o Deputado Alencar da Silveira Júnior, porque trabalho aqui em Belo Horizonte, continuo fazendo a minha política aqui na Capital mineira e quero deixar bem claro que Belo Horizonte precisa, sem dúvida nenhuma, de obras no sistema viário. Belo Horizonte precisa da ajuda do Governador Eduardo Azeredo. Dizem: "Ah, mas está fazendo o PROSAM, está abrindo várias avenidas". Acho que sim, o Governo do Estado está indo ao lugar certo, está colaborando; agora, cabe à Prefeitura fazer a sua parte. Mas onde está o dinheiro, onde estão os R\$56.000.000,00 que foram arrecadados e serão arrecadados mensalmente com os ônibus que transitam em Belo Horizonte? A que horas o Sr. Célio de Castro vai parar, pensar e dizer: "É a partir de agora"? Será que ele está pegando o dinheiro que está recebendo dos empresários do transporte e colocando em outro departamento da Prefeitura? E o mais grave que temos de lembrar agora é que a dengue está voltando a Belo Horizonte e o Sr. Célio de Castro não está tomando providências, mas sobre a dengue vou falar em outra hora.

Com certeza, como Deputado Estadual de Belo Horizonte, como Deputado votado em Belo Horizonte, tenho de fazer este apelo, aqui da tribuna desta Casa, ao Sr. Célio de Castro e ao Sr. Carlão: Belo Horizonte, Sr. Carlão, não está parando, Belo Horizonte já parou. O problema do trânsito tem de ter alguma solução. Tenho a certeza absoluta de que está na hora de começar a pensar e a fazer alguma coisa. Implantar um novo sistema de transporte, que com certeza é necessário. Se deu certo num lugar, vamos fazer em outro? Acho que a intenção é válida, mas o povo belo-horizontino não aguenta mais. É taxa alta da BHTrans, taxa disso, taxa daquilo, e o povo não está vendo nenhuma melhoria.

O Deputado Marcos Helênio (Em aparte) - O Deputado Alencar da Silveira Júnior, que realmente é um Deputado de Belo Horizonte, que foi Vereador e acompanha com muito zelo os problemas de Belo Horizonte, há de convir que a nossa Capital cresceu assustadoramente. Hoje ela é uma das, vamos dizer, maiores cidades da América. Dizem que Salvador tem uma população um pouco maior, mas Belo Horizonte, economicamente, é a terceira Capital do País. E nos 100 anos de Belo Horizonte, com certeza 90 anos se passaram sem que fossem feitos investimentos no setor viário, tanto é que a Capital foi projetada para ficar ao entorno da Avenida do Contorno, mas se expandiu assustadoramente. É bom lembrar que numa pesquisa recente de órgãos internacionais, Belo Horizonte ficou colocada como uma cidade em que o maior problema não era o trânsito, mas a saúde, e que o trânsito não era caótico como na maioria das Capitais brasileiras. Isso foi publicado pelo "Estado de Minas" e por vários jornais.

Então, temos percebido investimentos, como a troca de semáforos, intervenções nas principais vias, como no caso da Avenida Cristiano Machado, que foi profundamente recuperada; da Avenida Amazonas; e da Avenida Afonso Pena, que ficou com várias alternativas de trânsito para quem vai para a Zona Sul; na Zona Norte, no Coração Eucarístico, aquele fluxo da Universidade Católica já está solucionado. O que temos visto são grandes investimentos. Houve até um Deputado, contrário à posição do atual Governo Municipal, que disse que até se deu ao luxo de alugar ou adquirir um helicóptero para fiscalizar melhor o trânsito.

Então, investimentos estão sendo feitos. Esse problema está sendo acompanhado de uma maneira muito séria, mas o trânsito continua problemático, porque o volume de carros aumentou absurdamente e as pessoas não priorizam o coletivo.

Também é preciso terminar - isto, sim, é mérito do Governo Federal - a construção do metrô em Venda Nova. Quem passa por ali vê que as obras estão em andamento. Aliás, muitas pessoas o criticaram, por ele ser de superfície, mas li, uma reportagem, que, na cidade de Bordeaux, na França, o metrô também é assim.

Investimentos estão e vão continuar sendo feitos, e vemos um esforço muito grande nesse sentido, só que dos últimos dois Governos: o de Patrus Ananias e o de Célio de Castro.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Tive a oportunidade, Deputado Marcos Helênio, de ser Vereador quando o Eduardo Azeredo era Prefeito; desde aquela época, há projetos na área de transportes. Por isso, não concordo quando V. Exa. diz que só agora eles estão sendo feitos. Com Eduardo Azeredo tivemos, sim, algumas obras e com Patrus Ananias também.

No entanto, hoje, é muito o dinheiro mensalmente arrecadado, mas pequeno o investimento. Talvez o dinheiro do transporte esteja sendo aplicado em outro setor, como, por exemplo, a saúde. Há canteiros sendo abertos, faixinhas sendo pintadas, placas colocadas, mas obras de volume, em Belo Horizonte, não existem. Por isso não concordo com V. Exa. quando diz que investimentos estão acontecendo.

O povo belo-horizontino, que acompanha o dia-a-dia desta Casa, se está falando que investimentos existem, com certeza está. Estamos precisando de grandes obras no sistema viário, de solução imediata. Belo Horizonte já parou? Já parou. Estou repetindo o que o taxista fala, o motorista fala, o belo-horizontino fala.

Por ser votado em Belo Horizonte, com um carinho especial, peço ao Dr. Célio de Castro uma colaboração urgente. Hoje, é preferível andar a pé. Se uma pessoa chegar à Lagoinha, às 6 horas da tarde e descer do ônibus, vê um grande corredor de ônibus. Poderá subir nos tetos desses e andar por cima deles, que vai chegar ao Centro da cidade, porque fica um ônibus colado no outro.

Se o sistema viário está confuso, está na hora de se colocar em prática o projeto que deixei na Câmara Municipal, o BH-Bus, que são terminais urbanos e ônibus articulados. Acho que o retorno tem que sair dali. Não adianta um ônibus sair de Venda Nova e gastar 5 minutos para chegar à Lagoinha, mas gastar 1 hora da Lagoinha ao Centro. Precisamos de novas alternativas para o sistema de transportes. A BHTrans está tentando implantar o BH-Bus, mas não adianta fazer a confusão que fizeram com os ônibus. Hoje, há muitas pessoas reclamando.

Vou trazer uma lista de mudanças que precisam ser feitas imediatamente; os nomes das localidades que estão sem ônibus e, antes, possuíam transporte adequado; os nomes de várias linhas de ônibus que precisam ser mudadas com maior seriedade, porque seriedade existe, sim. Só estou voltando a falar sobre esse assunto, porque o Carlão, desta tribuna, deste microfone, disse, há seis meses, que eu estava fazendo terrorismo. E eu respondi: Belo Horizonte vai parar. Carlão, Belo Horizonte precisa de alguma solução.

Mas ele continuava afirmando que este Deputado fazia terrorismo e hoje ele deve pensar: nossa, que besteira eu falei. Porque o povo belo-horizontino está vendo que a cidade não vai parar, já parou!

Precisamos, com urgência, de obras no sistema viário. Falo isso porque sou Deputado Estadual eleito por esta cidade, faço política em Belo Horizonte e me preocupo com ela. Sou Deputado de Belo Horizonte e, se eu não fizer esse apelo, poucos o farão. Belo Horizonte, na época de eleição, sempre vira uma terra de todo o mundo. Todos os 77 Deputados desta Casa buscam e têm voto em Belo Horizonte, e, por isso, volto a falar que a responsabilidade é nossa e não só minha. É de Francisco Ramalho, Marcos Helênio, Gilmar Machado, Durval Ângelo, enfim, de todos nós. Todos nós, Deputados desta Casa, estamos comprometidos com Belo Horizonte, porque, na hora de buscar o voto, todos vêm aqui e buscam, mas, na hora de ajudar, não é só ajudar lá na sua região onde é majoritário; têm que ajudar Belo Horizonte, sim. A cidade pede socorro, senão vamos continuar parados.

O Deputado Gilmar Machado - Boa-tarde. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, ocupo a tribuna nesta tarde para falar de um assunto extremamente grave e que deve ser tratado com seriedade e atenção por aqueles que defendem de fato - como falava anteriormente o Deputado Alencar da Silveira Júnior - os direitos do povo mineiro.

O que trago a vocês é a prestação de contas feita pelo Governo de Minas, Dr. Eduardo Azeredo, junto ao Tribunal de Contas do Estado. Agora, ela se encontra na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e, lamentavelmente, em virtude do processo eleitoral, está parada. Então, vamos ter de votar esse orçamento, de afogadilho, no final do ano, sem uma análise mais profunda.

Mas, estudando o balanço, quero destacar três pontos que me chamaram a atenção dessa prestação de contas e que trazem várias explicações do Governo, que, no meu entendimento, são incorretas e, ao mesmo tempo, apontam uma série de irregularidades.

Vamos ao primeiro ponto: o Estado de Minas contratou, no ano de 1977, novas dívidas. Como o Governador foi à televisão dizer que não fez nenhuma nova dívida se, na própria prestação de contas que ele faz ao Tribunal de Contas, ele coloca que fez novos empréstimos? Então ou ele está enganando o Tribunal de Contas, e se foi isso, cabe "impeachment", ou ele está mentindo para o povo mineiro no programa eleitoral - novas dívidas junto a instituições bancárias, conforme registra o demonstrativo do serviço da dívida a pagar, constante na página 27 do balanço geral da administração direta. Eu falo, e é só pegar o balanço e conferir na página 27.

Nesse demonstrativo, fica evidente que o saldo em 31/12/96 era de R\$21.100.000,00, passando para R\$70.800.000,00 em 31/12/97. Portanto houve uma elevação do serviço da dívida a pagar, significando a contratação de novos empréstimos.

No entanto, conforme a Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, que fixa critérios para a realização de novas operações de crédito, o Estado de Minas Gerais não apresentava as condições necessárias para atendimento a esses critérios, portanto não poderia contrair mais empréstimo dessa natureza.

A Resolução nº 69, de 1995, do Senado, prevê que o Estado não pode dispendir, com o pagamento de amortizações, juros e demais encargos, mais do que a margem de poupança real, ou 16% da receita líquida real. Houve, assim, um flagrante desrespeito e descumprimento, por parte do Governo de Minas Gerais, dos critérios previstos na citada Resolução.

Segundo ponto: o balanço de 1997 apresenta uma nova conta - aquelas invenções do Secretário João Heraldo - que leva a rubrica de Fundos de Recursos - Unidade de Tesouraria. O movimento do exercício apresenta inscrições da ordem de R\$635.400.000,00 e baixas de R\$379.900.000,00, ficando para este ano um saldo ou um débito de R\$255.400.000,00. Não entendemos essa conta. Não sabemos o que ela significa na contabilidade normal. E na previsão do orçamento que o Estado manda não há nenhuma rubrica com relação a essa conta. É uma conta nova do Governo, da ordem de R\$255.400.000,00, que ninguém sabe explicar, e o Governo não explicou, no balanço que enviou para o Tribunal de Contas, aonde foi parar esse dinheiro. Entraram R\$635.400.000,00 nessa conta que o Secretário João Heraldo abriu em separado. E ele só deu baixa de R\$379.900.000,00. Está no balanço que está na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Vamos exigir um debate mais profundo sobre isso.

De acordo com o relatório, essa conta inclui o total de recursos dos órgãos e das entidades da administração pública que são administrados pelo Tesouro do Estado.

Pois bem, senhoras e senhores, a explicação não esclarece a origem, muito menos o destino desses recursos. O fato é que esses recursos são classificados como vinculados, devendo ser repassados às entidades e aos órgãos do Estado imediatamente. O Tesouro Estadual está retendo tais recursos, o que pode configurar irregularidade e ilegalidade. Havendo mudança de Governo o Estado terá que saldar esse valor, o que implicará atraso no pagamento dos servidores públicos em pelo menos um mês. Então o Estado está fazendo indevidamente retenção de recursos que deveriam estar indo ou para municípios ou para entidades que vêm do Governo Federal. Esse é um fato extremamente grave que consta no balanço apresentado ao Tribunal de Contas e é uma irregularidade, inclusive apontada pelo Tribunal de Contas.

Terceiro ponto: o balanço do Estado não esclarece qual foi o destino dado aos recursos obtidos com a alienação das ações da CEMIG. Foram arrecadados R\$951.200.000,00 com a venda das ações ordinárias e R\$258.700.000,00 com as ações preferenciais. Não há qualquer explicação na prestação de contas do Governador Eduardo Azeredo sobre a destinação desses recursos.

Vejam bem, as ações da CEMIG foram vendidas por mais de 1 bilhão, e o Governador Eduardo Azeredo, no ano passado, na prestação de contas para este ano, não disse onde foi colocado um centavo desse recurso das ações da CEMIG. Isso é muito grave. Isso é muito sério. Vamos exigir explicações na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Queremos saber onde o Governador colocou esse dinheiro obtido com a venda de um patrimônio de Minas. O povo tem o direito de saber onde o Governador está gastando esse dinheiro. O Tribunal de Contas já deveria ter informações sobre esse recurso.

Portanto, estamos diante de uma situação crítica. O Governo de Minas contrai empréstimos de forma irregular, falta com a transparência e manipula, sabe-se como, recursos que deveriam ser imediatamente repassados a órgãos e entidades da administração pública, o que constitui grave irregularidade, e, como se não bastasse a incompetência administrativa, já tão claramente demonstrada nesses quatro anos, vende as ações da CEMIG, uma empresa sólida e que presta serviços inestimáveis aos mineiros, e não explica onde os recursos obtidos com a venda foram aplicados.

Esse é o governo de Minas Gerais. Esse é o Governo Eduardo Azeredo, um amontoado de operações sombrias, que precisam de uma explicação, já.

Não bastasse esta questão clara de desobediência à lei, a população brasileira e, em especial, a mineira terá pela frente uma surpresa altamente desagradável. O pacote econômico do Governo Federal já mostra o que vem por aí. A elevação da taxa de juros promovida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso implica diretamente em um aumento de R\$12.000.000,00 na dívida federal, um número três vezes maior que os R\$4.000.000,00 em cortes de despesas anunciados pelo Ministro Pedro Malan. Vai cortar dinheiro para a agricultura, as estradas e outros serviços, e só com elevação dos juros aumentamos nossa dívida em R\$12.000.000,00. Vamos ter um corte de R\$4.000.000,00. Assim, estamos tomando esse prejuízo, apenas com um decreto do Presidente Fernando Henrique, na ordem de R\$16.000.000,00. O Presidente está nos dando esse prejuízo com esse decreto anunciado esta semana por ele e pelo Ministro Pedro Malan.

Seguindo à risca a receita do Fundo Monetário Internacional, o governo eleva os juros, enchendo os cofres dos banqueiros e jogando pesado no corte de despesas e no aumento de arrecadação por via

de aumento de tarifas. Em última análise e definitiva instância, quem paga a dívida da irresponsabilidade governamental é o povo. No entanto, qual é a estratégia de FHC? Manter em banho maria tais medidas, anunciando-as somente após as eleições. Ou seja, está sendo armada mais uma arapuca para o povo brasileiro. Tais medidas têm reflexo imediato em Minas Gerais, uma vez que o Governo Estadual segue a linha da subserviência ao Presidente da República.

Gostaria de lembrar aos representantes da imprensa aqui presentes, que fazem a comunicação direta com o povo mineiro, que foi justamente nesta altura do ano, mais precisamente em outubro do ano passado, que o Governo de Minas, seguindo a política federal, elevou a taxa do ICMS sobre o consumo de energia elétrica de 18% para 30%. Quem está me ouvindo sabe. Peguem a conta de luz de todos os mineiros e vejam que, hoje, pagamos uma das taxas de ICMS mais altas do Brasil. Estamos pagando uma energia extremamente cara, e isso é reflexo daquele pacote de outubro do ano passado, do Presidente Fernando Henrique cuja aplicação em Minas Gerais pelo Governador Eduardo Azeredo resultou em aumento do ICMS. Foi também nessa época que se elevou o valor do IPVA, com grande trapalhada feita pelo Secretário da Fazenda, João Heraldo Lima, e por mim denunciada nesta tribuna.

Nós, da Bancada do PT, estaremos atentos para barrar quaisquer medidas nesse sentido que venham do Governo Eduardo Azeredo. Enquanto faz pose de bom moço na televisão, esse Governo virtual, que faz um "marketing" escandaloso por um lado e age de forma tímida e irrelevante por outro, está armando mais uma para os trabalhadores mineiros. Espera apenas pelo fim das eleições para lançar sobre suas cabeças mais pacotes, deixando a conta para o cidadão que trabalha e paga seus compromissos em dia.

Chega de abusos e arbitrariedades. Chega de doar dinheiro do povo para os banqueiros. É por isso que estamos conclamando a população. O Governo escondeu a crise enquanto pôde e hoje tem que assumir que ela existe e não é problema da economia mundial: ela é causada por sua incompetência, porque ele deixou nosso povo, de forma irresponsável, desamparado, despreparado para a crise que todo mundo já sabia que viria.

Montamos um país para os especuladores e largamos o povo na mão. Agora, o povo vai pagar a conta dessa irresponsabilidade do Governo. Por isso, em Minas Gerais, reafirmamos que há necessidade de mudarmos o Governo, com Patrus Ananias para Governador e Lula para Presidente, porque essa política econômica só tem um objetivo: sustentar e aumentar os recursos dos grandes Bancos e, acima de tudo, aumentar também a dívida social, já que agora teremos cortes de investimentos que iriam beneficiar a maioria do nosso povo. É fundamental essa mudança.

Estamos às vésperas da venda de outro patrimônio do povo, que é o BEMGE. São mais recursos e mais entrega. Nunca tivemos um Governo tão entreguista como este.

Assisti em Uberlândia, com tristeza, a um 7 de Setembro esvaziado, em que vimos que as pessoas estão perdendo a perspectiva de nação, de povo brasileiro, porque aqui o que vale são os grandes especuladores internacionais, é a entrega e a venda do nosso patrimônio. Portanto, não há como vislumbrarmos um país diferente.

Conclamamos todos aqueles que ainda sonham em construir um Estado e um país diferentes - primeiro para os brasileiros e depois, se possível, para ajudar os outros lá fora, mas não o contrário - a fazer essa inversão, com Lula e Patrus. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Termo Aditivo

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciados: Drs. Aliete Ione Moraes Ramos, Carlos Alberto O. Mendicino, Carlos Aníbal F. de Almeida, Cássia Diniz Silveira Cançado, Célia Cristina Dalmore, César Silveira Júnior, Eduardo Lima Maciel, Flávio Marcos de Almeida, Gertrudes Pastor M. Dias, Isolda Maciel Couto, João Batista A. Lima, João Márcio A. de Almeida, José Arinos Gandra, Lineu Luiz da Fonseca, Maria Cristina P. Esteves, Mara Sandra C. Silva, Maria José Pereira, Marcello G. Cota, Márcio Silva Araújo, Marco Túlio de Souza, Marco Antônio de V. Lima, Mary Anne N. P. Carneiro, Marcelo Molina Condé, Nelson Herbert C. Pinto, Newton R. da Silva Júnior, Paulo Roberto Cotta, Roberto Brandão de Castro, Rodrigo Camargos Couto, Rosana de Lima Gropen, Sandra Lúcia N. P. Hermann, Suely Alvim Lobato, Tarcia Maria N. Godinho, Tarcizo Pereira e Wagner Cardoso de Pádua. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Objeto deste termo aditivo: alteração. Vigência: a partir da assinatura.

Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciados: Drs. Edilson Geraldo Ribeiro e Maria Antônia Seidler Kohnert Gontijo. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Licitação: inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir da assinatura.

ERRATA

Termo Aditivo

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/9/98, pág. 21, col. 1, excluíam-se, na relação de credenciados, os nomes Maria Antônia Seidler Kohnert Gontijo Teixeira e Edilson Geraldo Ribeiro.